



**SINDICATO DOS
SERVIDORES PÚBLICOS
MUNICIPAIS DE ICAPUÍ**



Rua Engenheiro Francisco de Assis, Centro.
62810-000—Icapuí—CE

Tel: (88) 3432-1037

Fax: (88) 3432-1037

Email: sindicapui@yahoo.com.br

www.sindicapui.org.br

DIRETORIA: Presidente: Francisco Celestino Cavalcante. Vice-presidente: Ronaldo Roldão de Lima. Secretário Geral: Raimundo Reudson Maia de Almeida. 2º Secretário Geral: Francisco Bruno Malaquias. Secretário de Finanças: João Francisco Rodrigues da Silva. 2º Secretário de Finanças: Francisco Raulson de Freitas. Secretário de Formação e Política Sindical: Clotemir Damasceno Rabelo. 2º Secretária de Formação e Política Sindical: Francisca Liduina Rocha. Secretário de Assuntos Jurídicos: Jackson Fábio da Costa. 2º Secretário de Assuntos Jurídicos: Juarez Teixeira da Silveira Filho. Conselho Fiscal: Francisca Neuma Jerônimo; Liduina Rebouças; Maria Juraci Rodrigues da Silva; Ericláudio Pereira da Costa; Maria Alaene Barbosa.

**NEGOCIAR, AVANÇAR E
CONQUISTAR.**



ASSÉDIO MORAL E SEXUAL NO AMBIENTE DE TRABALHO É CRIME! NÃO SE CALE. BUSQUE APOIO. DENUNCIE!

Ninguém está livre de comportamentos inadequados nos ambientes de trabalho, mas muita gente não sabe que alguns excessos configuram crimes que podem (e devem) ser denunciadas. Tanto na iniciativa privada como em instituições públicas ou entidades classistas, o assédio moral e sexual é uma realidade que afeta milhares de trabalhadores(as) e tem contribuído para agravar a discriminação no ambiente profissional. Em tempo de terceirizações, redução de direitos e acirramento da competitividade, cresce a precarização nas relações de trabalho. Para isso, é importante estar atento aos abusos corporativos e estar preparado para se proteger deles.

ASSÉDIO MORAL

É definido como qualquer conduta abusiva (gesto, palavra, comportamento, atitude...) que atente, por sua repetição ou sistematização, contra a dignidade ou integri-

dade psíquica ou física de uma pessoa, ameaçando seu emprego ou degradando o clima de trabalho. A prática expõe o trabalhador ou trabalhadora a situações de humilhação, constrangimento, intimidação, agressividade ou menosprezo, interferindo negativamente na vida profissional, social e pessoal do indivíduo assediado.

O QUE FAZER?

Anote todas as humilhações sofridas (data, hora, local ou setor, nome do/a agressora, colegas que testemunharam, detalhes do que foi dito ou conteúdo da conversa;

Guarde e-mails, ordens escritas e outros documentos dessas situações. Não se isole;

Mantenha uma boa relação com os/as colegas de trabalho.

Não se cale: Não demonstre medo. O medo reforça o(a) assediador(a); Não aceite ofensas ou injúrias;

Exponha a situação aos/a colegas que já foram vítimas desse(a) assediador/a;

Procure ter apoio dos/as colegas que testemunharam uma ou mais situações;

Coloque sua médica/o do Trabalho a par do problema

Evite: Conversas com o/a assediador/a sem testemunhas. Esteja sempre que for possível acompanhada de um/a colega de trabalho ou representante sindical.

Busque apoio: Dirija-se ao seu sindicato, fale com o/a dirigente sindical, delegados sindicais ou representante de base;

Faça queixas às autoridades do trabalho e, em caso de necessidade, procure o seu médico/a ou a assistente;

Procure o apoio de amigos/as e familiares – são fundamentais para manter e evitar baixa autoestima.

ONDE OU A QUEM POSSO PEDIR PROVIDÊNCIAS LEGAIS?

Caso a repetição se prolongue, busque orientação com as entidades de classe, principalmente os sindicatos e as centrais sindicais, ou junto a Superintendência Regional do Trabalho, Ministério do Trabalho e Emprego ou ainda com um advogado. O Ministério do Trabalho possui um núcleo de combate ao assédio moral que pode orientar nos procedimentos para a defesa dos direitos do trabalhador(a) assediado(a). As vítimas de assédio sexual devem procurar os serviços do Ministério Público, da Delegacia de Polícia, da Polícia Militar, do Disque 180 e da Defensoria Pública.

(CTB. Cartilha contra o assédio moral e sexual, p. 1-2, <http://portalctb.org.br/site/publicacoes-ctb-nacional/cartilhas/256-cartilha-contra-o-assedio-moral-e-sexual/file>)

O CURSO DE FORMAÇÃO EM POLÍTICA SINDICAL: ESFORÇO DE CONSTRUIR UM SINDICALISMOS MAIS COLETIVO

Uma atividade que já está quase na ponta da agulha para iniciar é o Curso de Formação Política e Sindical do SINDERPUMI que, depois de esforços de articulação com outras entidades, solicitação de parcerias e criação de instrumento de tecnologias para isso, começa a tomar forma. Entre muitas atividades da diretoria do sindicato, a secretaria de formação permaneceu atenta a essa meta planejada. Agora, com site específico e com plataforma de formação EAD publicada na WEB, o objetivo é fazer um teste comum curso simulado para ver o funcionamento do Ambiente virtual de aprendizagem do SINDSERPUMI.

Mas esse esforço lento e progressivo se deu na direção não de um objeto de divulgação da política sindical, mas da construção de um instrumento de formação que aponte para um sindicalismo mais comprometido com as lutas coletivas e com a melhoria da ação de nossa instituição sindical. Desse modo, o curso irá ser um veículo de formação de lideranças sindicais em sua essência.

Os conteúdos do curso tem essa direção e se apresentam como oportunidade de crescimento e aprofundamento para aqueles que já são lideranças com comprovada experiência na luta sindical e como razão de formação inicial e continuada para os que se apresentam desejosos de entrar e se qualificar nesse tema e área de atuação.

O que ainda não está suficientemente pronto para esse importante instrumento de formação é o formato mais elaborado do curso, sendo necessário alguns ajustes junto às equipes de professores para essa atividade se tornar mais qualificada e em condições de ser efetivada para os alunos. Ficamos na torcida que o curso desperte o interesse de muitos filiados e de entidades sindicais locais e das adjacências.



NOSSA VOZ

FORMAÇÃO E POLÍTICA SINDICAL
ÓRGÃO (IN)FORMATIVO DA SECRETARIA DE FORMAÇÃO E POLÍTICA SINDICAL DO SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE ICAPUÍ

VOLUME 2 Nº 7 MARÇO-ABRIL/2018

TODOS JUNTOS SOMOS FORTES!

O tema central na edição que chega se qualifica como o mais importante de nossa luta: a ideia de que somente somos fortes como entidade quando estamos todos juntos, nessa compreensão ampla e superior de que o sindicato somente existe e se fortalece na medida do envolvimento de todos os seus.

Os artigos do boletim do bimestre traz, dessa forma, os sentimentos aflorados no calor das últimas situações de luta com que nos deparamos, na prova do quanto somos capazes de nos endurecer conjuntamente para os embates.

Num primeiro tema, abordamos quais lutas e sentimentos coletivos perpassam pelas categorias das atividades meio e saúde, de que modo são movidos

para irem ao encontro às necessidades grupais e não individualizadas.

A segunda reflexão questiona o nível de reflexão e de tomada de posição dos integrantes do magistério, sobretudo frente aos embates com que se confrontam local e regionalmente, marcados por ameaças a perdas de suas conquistas neste dias.

A pergunta acerca de que lado se encontra os trabalhadores e trabalhadoras do serviço público no âmbito municipal retorna inquietante na quarta intervenção deste informativo. Existe mesmo uma consciência de classe entre nós?

A sessão de análise das condições de remuneração e de gestão de pessoal no serviço público em nosso município se apresenta em

seguida como mais um elemento que define ou não nossa capacidade de se colocar como categorias unidas pelos mesmos objetivos: salário justos, valorização profissional, formação e boas condições de trabalho. Nossa luta é por isso ou apenas por nossas particularidades e benefícios pessoais?

Considerando a comemoração dos 25 anos do SINDSERPUMI em novembro próximo, nada mais oportuno que com esse informativo tocar nesses temas, que são tão nossos e que se apresentaram tão urgentes, mesmo com toda a trajetória construída e solidificada.

Ficamos torcendo que os textos realmente incomodem e tragam contribuições a todos.

SECRETARIA DE FORMAÇÃO E POLÍTICA SINDICAL— TAREFAS

- **Implementar a Secretaria de formação política e sindical;**
- **Acompanhar o trabalho de assessoria de formação sindical .**
- **Formação sindical e cursos por área, objetivando a conscientização dos trabalhadores do papel político e da função que desempenham.**
- **Organizar as discussões com todas correntes de pensamento que atuam no movimento sindical, visando o crescimento político da categoria .**

NESTA EDIÇÃO:

QUE SENTIMENTOS DE COLETIVIDADE TEMOS? 2

MAGISTÉRIO E TOMADA DE POSIÇÃO COLETIVA 2

DE QUE LADO ESTAMOS? 3

GESTÃO DE PESSOAL E PAUTAS COLETIVAS. 3

FORMAÇÃO E SINDICALISMO COLETIVO. 4

ASSÉDIO MORAL E SEXUAL É CRIME. 4

VOCÊ SABIA??

O princípio do PCCR é associar sempre a evolução funcional a um sistema permanente de qualificação profissional por meio de formação continuada, para que se possa seguir na carreira à medida que se qualifica. Por isso, não se aconselha ficar sem fazer

cursos. Mas, se em último caso, o servidor não tenha feito nenhum curso e não tenha progredido na carreira por via da formação, por desempenho, (a cada dois anos), conforme Art. 19, o servidor fará jus à progressão por antiguidade, dada a quem, no

intervalo de 5 anos, não obteve progressão por desempenho. Mas as regras para isso são claras, progredirão os servidores com maior tempo de serviço na referência (Art, 17, § 5º) e apenas 30% de cada categoria (Art 17, § 2º).

QUE SENTIMENTOS DE COLETIVIDADE TEMOS?



No âmbito da luta sindical, sem dúvida, gerar a coletividade é um desafio. No nosso caso, então, é uma tarefa árdua. Numa entidade que agrega os servidores públicos municipais num só coletivo, o que separa e o que homogeneiza essa classe é um trunfo a ser conquistado devagar.

Por vezes, precisamos saber claramente quais os sentimentos de coletividade temos, para que possa permanecer unidos nas nossas lutas e conquistas. Há muitas vozes

desenhando e firmando o risco da segregação em nosso município, alimentando querelas e disputas, sem deixar claro o que nos torna uma classe só e o que é próprio de cada categoria.

Não há como nos universalizar como categorias, por nossas particularidades, mas há tudo para nos coletivizar numa só classe, sem separações e comparações capengas, em detrimento do que é de cada categoria: a sua identidade nesse todo.

Uns são atividades meio,

outros são profissionais de saúde e de educação, uns são de nível fundamental, outros são de nível médio ou ultrapassam a graduação, mas todos um só coletivo: o dos servidores públicos municipais. O que está para este pode não estar para aquele, não por inferioridades ou superioridades, mas por identidades próprias.

Precisamos defender nossa coletividade. Ela é maior e mais forte que nossas necessidades e desejos individuais.

PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO E TOMADA DE POSIÇÃO COMO CATEGORIA EM EMBATES LOCAIS

As condições específicas por que passam a categoria de servidores pertencentes aos profissionais do magistério, naquilo que se refere às conquistas para sua valorização, vem requerendo desse grupo tomadas de posição também, a exemplo da coletividade dos servidores. E isso não é somente uma questão local, é uma necessidade mais ampla, estadual e nacional.

No âmbito municipal, sabidamente, esta categoria se apresenta sob investidas de ataques a seus direitos e conquistas, irmanados a muitos outros em diversos municípios. Portanto, não é uma ação isolada, é uma estratégia conjunta, orquestrada e articulada. É nesse sentido coletivo que aqui e ali, em todos os lugares, essa categoria precisa encontrar seu lugar na luta por seus direitos e conquistas.

A transitoriedade dos governos municipais, ainda que assim seja, pode proporcionar oportu-

nidades de desconstruir muitas das sólidas conquistas dos professores e demais profissionais da educação. A vigilância, nesse sentido, nem tem sido suficientemente atenta, já que diferentes governos municipais vem sorrateiramente tomando suas posições de confronto com esses profissionais em variadas receitas de ajustes financeiros municipais, cada um a seu modo, ou adequando à sua realidade. Desse modo, para cada investida, uma reação correspondente.

Frente a este quadro, os profissionais do magistério não podem se colocar como agrupamentos classificados e segregados. Devem sim, sentirem-se e agregarem-se como categoria única nos embates com os governos que os afrontam. Estando ou não sob cores e ideologias partidárias em cada realidade local, os direitos e conquistas, perdidos ou ganhos, serão sempre de todos, mais cedo ou mais tarde.

Então, não há saída. Não estamos profissionais da educação, somos isso, e não tem para onde correr se, de repente os cenários políticos mudam, as circunstâncias nos desinstalam, e se, à revelia de nossos projetos a curto e médio prazo, o panorama social e político nos tira o chão.

Então não há efetivo ou temporário, não há pré-efetivado ou quase aposentado, não há docente de sala ou de suporte pedagógico, não há gestor de escola ou funcionário de escola, não há afastado ou readaptado, não há graduado ou com doutoramento, não há chefe com cargo ou simples servidor. Todos são profissionais da educação, e sem exceção serão cúmplices ou combatentes das agruras que nos rodeiam.

Assim, a tomada de posição deve ser unívoca, coletiva e incorporada por todos, para que se possa ir para os embates com o mesmo sentido da coisa.

“É NESSE SENTIDO COLETIVO QUE AQUI E ALI, EM TODOS OS LUGARES, ESSA CATEGORIA PRECISA ENCONTRAR SEU LUGAR NA LUTA POR SEUS DIREITOS E CONQUISTAS.



DE QUE LADO ESTAMOS? EIS A QUESTÃO!

Existe mesmo uma consciência de classe entre nós? Uma pergunta forte, de difícil resposta, até pelo seu entendimento conceitual mais profundo. Mas essa pergunta aqui quer se traduzir na velha questão antes colocada: na nossa realidade de servidores municipais e em alguns casos sindicalizados, de que lado estamos? Qual o sentido de nossa luta?

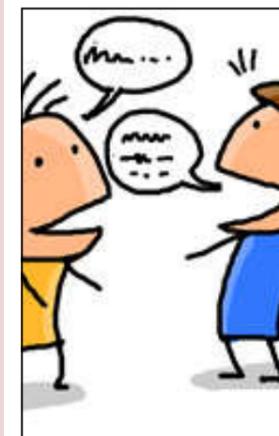
Para alguns, talvez não passe de desejos e con-

quistas pessoais. Para outros, talvez não seja mais que os objetivos do seu grupo político. Para outros, o sentido é o gestor que votei ou não. Para outros, talvez seja a qualidade de vida e de trabalho de todos. Enfim, diferentes podem ser os sentidos de cada um estar servidor municipal.

Mas qual de nós se inclui, no sentido de identidade, como classe trabalhadora e não como patrão? É nesses termos que nos

chega o incômodo, sobretudo quando nós, historicamente de origem de classe pobre assalariada e trabalhadora, assume o viés patronal e assume o lado do patrão como seu. Somos mesmo isso? Estamos mesmo nesse panorama em que vivemos?

Em nossa realidade, e como servidores, fazer-se essa pergunta parece fundamental, porque são provisórios nossos poucos espaços de destaque.



GESTÃO DE PESSOAL E PAUTAS COLETIVAS: ONDE ESTÁ CENTRADA NOSSA LUTA?

Após termos o sentido de que o problema mais evidente na gestão municipal é folha de pagamento, haveremos que “queimar pestanas” para analisar e fazer intervenções na raiz do problema: a gestão de pessoal.

É certo que isso é um problema da gestão, mas nós queremos nesse texto reverter o peso dessa tarefa para os próprios servidores em função dessa reflexão, que se quer crítica.

Ora, se há desmandos e irregularidades na gestão de pessoal do município, convenhamos que muitas dessas situações não se originam somente nos planos de governos, mas nos nossos planos individuais que supõem atender desejos torpes. Podemos dizer assim, cremos.

É sabido que há jogos de interesses que se distanciam das lutas coletivas por

melhores condições de trabalho, salários justos, carreira, formação continuada, entre outras conquistas, a serem preservadas por todos. Esses jogos se implantam nas gestões sob a cobrança de pautas pessoais, politiquieiras, e cheia de privilégios, em detrimento das lutas mais amplas, que se solidifiquem e valorizem todos.

O tempo curto e a provisoriedade desses jogos passam a ter mais valor que as conquistas duradouras. E passado o luxo desse momento, muitos servidores se pegam desejando o que seria a luta coletiva da qual se excluiu e considerou lixo. Pior, querem que suas lutas pessoais — e ilegais — sejam coletivas e defendidas por todos.

Talvez, se os requerimentos pessoais estranhos, que desvirtuam o papel do

governo em gerir pessoal com planejamento e justiça, fossem revertidos em pautas coletivas, a gestão de pessoal pudesse ser mais sóbria. Isso aniquilaria os desmandos do próprio governo com a área? Não, sobretudo porque muitos governos se instalam sob acordos que previamente estabelecem um fatiamento dos benefícios do governo com seus aliados e demais líderes.

Um “mea-culpa” seria o melhor a se fazer de nossa parte. Oscilar ao sabor dos governos em estar na luta coletiva ou sair dela, talvez tenha sido o nosso caminho por diversos momentos.

Enquanto isso, as conquistas coletivas são efetivadas com luta e sofrimentos pelos que permanecem no “front”, independente das caras e das cores.

“O TEMPO CURTO E A PROVISORIEDADE DESSES JOGOS PASSAM A TER MAIS VALOR QUE AS CONQUISTAS DURADOURAS”.

